



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4342 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 10-10-2023.

Aos dez dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte e três, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se, na Sala de Reuniões nº 301, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Mauro Pinheiro, Gilson Padeiro e Jonas Reis. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovadas as Atas da vigésima nona reunião (ordinária) e declaratórias das trigésima, trigésima primeira, trigésima segunda, trigésima terceira e trigésima quarta reuniões (ordinárias), tendo sido dispensada a leitura destas. A seguir, foi DISTRIBUÍDO para parecer: ao vereador Giovane Byl, o Projeto de Lei do Legislativo nº 332/23 (Processo nº 0565/23). Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do artigo 42 do Regimento, os seguintes Pareceres: no dia seis de outubro do corrente, nos 297/23 (Projeto de Resolução nº 049/23 - Processo nº 0556/23), 298/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 361/23 - Processo nº 0633/23), ao Projeto e à Emenda nº 01, 299/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 450/23 - Processo nº 0775/23), 300/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 452/23 - Processo nº 0777/23) e 301/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 472/23 - Processo nº 0803/23), de autoria do vereador Gilson Padeiro; e nos 302/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 081/23 - Processo nº 0168/23), 303/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 448/23 - Processo nº 0773/23) e 304/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 458/23 - Processo nº 0785/23), de autoria do vereador Jonas Reis. Na ocasião, o senhor Presidente prestou esclarecimentos sobre a presente reunião, destinada a debater o Plano Nacional de Educação – PNE – e o monitoramento do Plano Municipal de Educação – PME, e registrou a presença das senhoras Julia Scalco Pereira e Izabel Brum Abianna, ambas da Secretaria Municipal de Educação – SMED, Sônia Mara Ogiba, do Fórum Municipal de Educação – FME, Aline Kerber e Lizelle Moura, ambas do Conselho Municipal de Educação – CME, Cindi Sandri, do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – SIMPA, e Elaine Timmen, do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, convidando Suas Senhorias a integrarem a Mesa dos trabalhos. Em prosseguimento, o vereador Jonas Reis justificou a realização de reunião com a presente pauta, discorrendo sobre metas do PNE, disputa pelo orçamento público, pagamento do piso salarial das escolas conveniadas e necessidade de debate sobre municipalização da educação. O vereador Mauro Pinheiro reiterou manifestações do vereador Jonas Reis e elencou desafios a ser superados na educação do Município. A senhora Aline Kerber abordou metas, diretrizes e estratégias do PNE, pré-conferências de educação e falta de condições do CME para monitoramento do Plano. A senhora Cindi Sandri externou preocupação com a falta de planejamento e de compromisso com a qualidade do resultado da educação no Município, lembrou que a rede municipal de ensino é a maior ofertadora de vagas de inclusão e opinou que a municipalização deveria ser construída a partir de diálogo, que o mapa do Município não combina com a municipalização pretendida pelo Estado, que a maioria das escolas da rede própria fica localizada em regiões socialmente vulneráveis e que há defasagem do piso salarial do magistério. Ainda, avaliou problemas enfrentados por estudantes e seus responsáveis; terceirização da educação; fim dos modelos anteriores de eleições para diretores; valorização e formação de profissionais da educação; objetivos das próximas conferências de educação; e operação policial recente nas dependências da SMED. A senhora Sônia Ogiba discutiu perdas de conquistas no PNE, responsabilidade dos planos de educação, esperança decorrente da próxima Conferência Nacional de Educação – CONAE, entidades representativas do FME, importância dos fóruns de educação, competências do FME e detalhes da etapa municipal da CONAE. Ainda, considerou que o sistema educacional carece de maior contribuição de regime de colaboração entre entes federativos e solicitou apoio de entidades para maior visibilidade do FME, dos congressos e das conferências de educação. O vereador Mauro Pinheiro propôs aos vereadores presentes questionar o senhor Presidente da Mesa Diretora sobre possibilidade de destinação de recursos financeiros para a educação do Município. A senhora Rosele Cozza Bruno, da Associação dos Trabalhadores em Educação Do Município de Porto Alegre – ATEMPA, comentou impactos da falta de políticas públicas na rede de educação, municipalização desta, falta de vagas na rede municipal, listas de espera, valorização dos profissionais da educação, sobrecarga de trabalho destes, excesso de burocracia e uso da pauta da educação com fins eleitorais. A senhora Elaine Timmen justificou a denominação do FMDCA como Fórum de Entidades, explicou que este representa duzentas e dezesseis instituições de educação infantil, que por esse motivo o Fórum necessita muita atenção, que valores dos termos de colaboração são aquém do necessário para as escolas, que aquelas instituições têm suas importâncias reconhecidas, que profissionais eram contratados como técnicos em educação, que os mesmos passaram a ser assistidos pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – SINPRO/RS, que as Escolas Comunitárias de Educação Infantil – ECEIs - precisam ser reconhecidas como rede, que são feitas capacitações que não alcançam objetivo de formação, que profissionais pagam os próprios cursos, que há necessidade de psicopedagogos para crianças atípicas e que salários não são atrativos para profissionais da educação. Ainda, dissertou sobre cursos necessários para o exercício da educação, quantidades de profissionais por faixa etária de alunos, situações de violência causadas por estudantes e reivindicou priorização das ECEIs na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. A senhora Jussara Cabeda, do Centro Comunitário Jardim Renascença, solicitou aumento de verba para o próximo ano, via emenda parlamentar, para escolas comunitárias, apontou acordo entre SMED e Secretaria Municipal da Saúde – SMS, porém sem o conhecimento desta, e julgou urgente a emissão de laudos médicos e encaminhamentos de alunos atípicos. Ainda, comunicou que não houve esclarecimento quanto à

municipalização da escola do Centro Comunitário, que haverá construção de salas para jardim de infância, sem demanda para tal, e que há problema de mobilidade para alunos designados à escola do Centro Comunitário. A senhora Julia Scalco Pereira aludiu a melhoria de qualidade da educação municipal; equipes da educação infantil da SMED; ampliação de vagas para alunos com zero a três anos; plano de ação para ampliação de acesso à educação; procedimentos para municipalização da educação; razões para destinação de crianças a determinadas escolas; estudos feitos para demandas por séries, de acordo com a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC; investimentos para reposição de pagamento dos recursos humanos das escolas parceiras; procedimentos para formações pedagógicas; e colaboração entre escolas. A senhora Izabel Brum Abianna anunciou o processo de inscrições para o próximo ano letivo no Município, pronunciou-se sobre revisão das leis de diretores e de estágios probatórios e tratou de proposta político-pedagógica, discussões coletivas com a rede de ensino, municipalização da educação e reestruturação pedagógica. O vereador Jonas Reis criticou consequências de aquisições e contratações realizadas pela SMED, reprovou a desvalorização do magistério e a falta de educação de tempo integral no Município. Sugeriu a realização de convênios com universidades públicas, a discussão da valorização salarial dos profissionais da educação e reivindicou o investimento, previsto em lei, de trinta por cento de recursos financeiros, na educação municipal. A senhora Aline Kerber enfatizou que sobram recursos financeiros para a educação, que a Câmara Municipal de Porto Alegre deve se responsabilizar em organizar o Plano e aqueles recursos, asseverando que o CME enviará documento ao Legislativo com assuntos pendentes. Manifestou-se também a senhora Elisabete Charão, do SIMPA. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às dezessete horas e três minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Mauro Pinheiro.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Roberto Pinheiro, Vereador**, em 30/10/2023, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0636576** e o código CRC **3B436EBA**.